

PARECER TÉCNICO N.º 049/2024

Número do Processo	Fase do processo
11860/2024	Declaração de Atividade não Constante

Legislação e referências consultadas

- Lei Complementar Federal n.º 140/2011 – Da competência do Licenciamento Ambiental.
- Lei Complementar Municipal n.º 131/2022 – Zoneamento Ecológico-Econômico Municipal.
- Lei Federal n.º 12.651/2012 e alterações – Institui o Código Florestal;
- Lei Estadual n.º 14.675/2009 e alterações – Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências;
- Lei Complementar Municipal n.º 048/2016 – Plano Diretor Municipal.
- Lei Complementar Municipal n.º 050/2016 e suas alterações – Código de Posturas.
- Lei Complementar Municipal n.º 049/2016 e suas alterações – Código de Obras
- Lei Municipal n.º 676/2016 e suas alterações – Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano do município.
- Resolução CONAMA n.º 001/1990 – Emissão de Ruído.
- Resolução CONSEMA n.º 099/2017 e suas alterações – Aprova a listagem das atividades sujeitas ao licenciamento ambiental.
- ABNT NBR 10151:2019 e suas alterações – Acústica – Medição e avaliação de níveis de pressão sonora em áreas habitadas.

Objetivo do parecer

Análise do requerimento de Declaração de Atividade não Constante referente à implantação de pavimentação, sinalização e microdrenagem de trecho da Rua(787) Vanilda Pereira Gomes, Bairro Itapema do Norte, em Itapoá – SC.

Dados do empreendedor/correspondência

Nome: Prefeitura Municipal de Itapoá – Secretaria de Planejamento Urbano (SEPLAN)		
CPF/CNPJ: 81.140.303/0001-01		
Endereço: Travessa Dailton José Grassi, n.º 52 – Itapema do Norte		
CEP: 89360-612	Município: Itapoá	Estado: SC

Representante Legal ou Procurador

Nome: Décio Furtado De Souza Junior	Matrícula: 1258214	CPF: 021881139-00
--------------------------------------------	---------------------------	--------------------------

Dados do empreendimento/atividade

Nome: Implantação de pavimentação, microdrenagem e sinalização de Trecho da Rua(787) Vanilda Pereira Gomes.		
Endereço: Trecho da Rua(787) Vanilda Pereira Gomes compreendido entre a Av. André Rodrigues de Freitas e a Rua(760) Francisco Quintino Correia.		Bairro: Itapema do Norte
CEP: 89360-844	Município: Itapoá	Estado: SC
Coordenadas Planas UTM – Ponto 01 X: 738903 m E Y: 7114081 m S. Ponto 02 X: 738956 m E Y: 7114267 m S.		

Código e Atividade

Atividade não constante: implantação de pavimentação, microdrenagem e sinalização de via urbana consolidada.

Processos vinculados

Não há.

Licenças vinculadas

Não há

Histórico de Licenças

Não há.

Unidade de Conservação

Não está inserido em unidade de conservação.

Zona / Área

Zona Urbana V (ZU-V)

Responsável Técnico

Décio Furtado de Souza Junior – Arquiteto e Urbanista CAU A192350-1 – Preenchimento da declaração de responsabilidade, FCEI e requerimento de DANC.

Tabata Yumi Fujioka – Arquiteta e Urbanista CAU A40955-3 RRT 1418719: Projetos geométrico e de sinalização.

Carlos Alexandre Schneider – Engenheiro Civil CREA/SC 165857-0 ART: 9227076-1 : Projetos de terraplanagem, drenagem e pavimentação.

Caracterização do empreendimento

Trata-se da implementação de pavimentação, sinalização e microdrenagem de trecho da Rua(787) Vanilda Pereira Gomes, Bairro Itapema do Norte, com extensão linear total de 198 m.

Análise Técnica

A atividade objeto do presente parecer refere-se à realização de obras de pavimentação, sinalização e microdrenagem de trecho da Rua(787) Vanilda Pereira Gomes, compreendido entre a Av. André Rodrigues de Freitas e a Rua(760) Francisco Quintino Correia, Bairro Itapema do Norte, Bacia Hidrográfica Independente do Atlântico.

Segundo o requerente, o local de intervenção não possui cursos d'água.

Segundo FCEI e Declaração de Responsabilidade apresentados, nenhuma vegetação será suprimida para execução das obras.

A atividade “de pavimentação, sinalização e implementação de microdrenagem de via urbana consolidada” não consta na listagem de atividades sujeitas ao licenciamento ambiental aprovada pelas Resoluções CONSEMA n.º 098/17 e 099/17 e suas alterações, portanto, não está sujeita ao licenciamento ambiental ou cadastramento na forma da Resolução CONSEMA n.º 098/2017, cabendo somente a emissão da Declaração de Atividade não Constante.

Condições de validade

1. Os níveis de pressão sonora (ruídos) decorrentes das atividades desenvolvidas na obra deverão estar em conformidade com os parâmetros preconizados na Resolução CONAMA n.º 001/1990, a qual considera prejudiciais à saúde e ao sossego público os ruídos com níveis superiores aos limites estabelecidos pela Norma NBR 10151:2019 e suas alterações. As vibrações geradas pelas atividades do empreendimento deverão ser controladas de modo a evitar incômodos ao bem-estar público;
2. As águas pluviais incidentes sobre áreas cobertas e impermeabilizadas deverão ser direcionadas para o sistema de drenagem;
3. **Os resíduos sólidos decorrentes da atividade deverão ser corretamente armazenados e encaminhados a terceiros para reutilização e/ou destinação final adequada, em empreendimentos devidamente licenciados pelos órgãos competentes, devendo ser entregues nesta secretaria os respectivos MTR e CDF**

gerados, emitidos através do sistema MTR do IMA-SC¹;

- 4.** Fica proibida a queima de resíduos sólidos ao ar livre, conforme legislação vigente, bem como o depósito de materiais e entulhos em locais inapropriados;
- 5.** O empreendedor deverá respeitar, preservar e contribuir para a manutenção do equilíbrio ambiental de todos os componentes do ecossistema aonde a atividade será realizada;
- 6.** Não haverá corte de vegetação sem devida Autorização de Corte;

Controles ambientais

1. Alteração dos Níveis de Ruídos: ruídos gerados pelo empreendimento. Os níveis de pressão sonora (ruídos) decorrentes das atividades desenvolvidas na obra deverão estar em conformidade com os parâmetros preconizados na Resolução CONAMA n.º 001/1990, a qual considera prejudiciais à saúde e ao sossego público os ruídos com níveis superiores aos limites estabelecidos pela Norma NBR 10151:2019 e suas alterações. As vibrações geradas pelas obras deverão ser controladas de modo a evitar incômodos ao bem-estar público. Realização de manutenção preventiva e periódica de equipamentos e maquinários. Respeito aos limites de velocidade.

2. Tráfego de Veículos: movimentação de veículos e pessoas na região durante a realização da obra. Medidas de Controle: implantação de sinalização adequada para os transeuntes e motoristas. Respeito aos limites de velocidade.

3. Geração de Resíduos Sólidos: a disposição final inadequada de resíduos sólidos pode acarretar a alteração da qualidade do solo e da água, além de propiciar a proliferação de vetores. Medidas de Controle: segregar por classes, coletar, acondicionar, armazenar, transportar adequadamente e viabilizar destinação/disposição final de acordo com as normas vigentes (atendimento à ABNT NBR 10004:2004, à Lei Estadual n.º 14.675/2009 (Código Estadual do Meio Ambiente) e suas alterações e à Portaria n.º 21/2019/IMA-SC.

4. Contaminação por Fontes Difusas: eventuais vazamentos de óleos, graxa dos veículos e máquinas. Medidas de Controle: Verificar visualmente possíveis fontes de vazamento; realizar a manutenção apropriada dos veículos. No caso de eventuais vazamentos durante a execução das obras, interromper as atividades, isolar a área, utilizar material absorvente (ex: pó de serra e turfa), promover o recolhimento dos resíduos gerados e dar a destinação final correta;

5. Comprometimento da Qualidade da Água, do Solo e do ar: a utilização de maquinário pode acarretar emissão de fluidos, carreamento de sedimentos e emissões de poluentes atmosféricos acima dos níveis permitidos. Medidas de Controle: fica vedado qualquer tipo de lavagem de peças e equipamentos em corpos d'água e em áreas adjacentes. Promover a limpeza das vias públicas. Inspeção dos veículos e equipamentos averiguando a necessidade de manutenção. Atendimento às Resoluções CONAMA n.º 418/2009 e 491/2018.

6. Supressão de Vegetação: fica vedado qualquer tipo de supressão de vegetação.

¹ Disponível em: <<http://mtr.ima.sc.gov.br/ControllerServlet?acao=montaComboUsuario>>

Documentos que fundamentam o parecer

Requerimento de DAnC, FCEI e Declaração de Responsabilidade preenchidas e assinadas pelo Arquiteto e Urbanista da Secretaria de Planejamento Urbano de Itapoá (SEPLAN) Décio Furtado De Souza Junior – CAU/BR 059813-1, Projetos geométrico, de drenagem, terraplanagem, pavimentação, sinalização e levantamento planialtimétrico.

Conclusão

Ante ao exposto, este parecer é favorável à concessão de uma Declaração de Atividade não Constante, com validade de um ano, para pavimentação, sinalização e drenagem de Trecho da Rua(787) Vanilda Pereira Gomes , conforme requerido.

Local e data

Itapoá, 12 de Abril de 2024.

Equipe técnica

LEONARDO PIZZAIA PRETTI
Engenheiro Ambiental
CREA SC 191394-1
Matrícula n.º 12024856

O(A) requerente fica ciente de que:

- **ESTE PARECER NÃO AUTORIZA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO;**
- Este parecer foi elaborado com base na legislação ambiental vigente, considerando as atribuições e níveis de competência dos diferentes entes federados que compõem o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;
- Este parecer não substitui alvarás, certidões ou licenças de qualquer natureza exigidas pela legislação Federal, Estadual ou Municipal, no que diz respeito ao uso e ocupação do solo;
- Deverão ser respeitadas todas as legislações ambientais vigentes, mesmo que não citadas no presente parecer;
- Este parecer tem validade de um ano a partir de sua emissão, desde que as características do empreendimento não se alterem ou entrem em vigor outras legislações ambientais.